



TEMA EM DISCUSSÃO: *PEU das Vargens*

NOSSA OPINIÃO

Sob suspeita

Ao aprovar de afogadilho alterações no Projeto de Estruturação Urbana de Vargem Grande e Vargem Pequena (PEU das Vargens), a Câmara Municipal desperdiçou uma grande oportunidade de dar ao Rio a chance de discutir um plano urbanístico com potencial para ter um forte impacto no perfil da cidade. Méritos do projeto à parte — se os há —, a maneira açodada como os vereadores cariocas impuseram a tramitação da matéria à Casa joga sobre tal questão a sombra da suspeição.

É fato que o Rio assumiu com o Comitê Olímpico Internacional o compromisso de se adequar para sediar os Jogos de 2016. A reurbanização de determinadas regiões, bem como a melhoria do sistema de transportes, cuidados com o meio ambiente e o aperfeiçoamento do aparelho de segurança pública, estão entre as prioridades do programa de reformas pelas quais a cidade há de passar até lá. Por óbvio, era de se esperar que as chamadas Vargens, em razão da proximidade com o centro olímpico a ser instalado na Barra da Tijuca, não ficassem de fora desse amplo processo de modernização que há de se tornar um dos maiores legados das Olimpíadas para a cidade.

Mas vai uma grande distância entre o que foi pactuado com o COI e a esperteza de, em nome dos Jogos, empurrar pela goela da população projetos cujo conteúdo não passa por um fórum de discussões, com a participação de técnicos, proprietários de imóveis, empresas e moradores locais — estes, os maiores interessados, porque serão beneficiados, ou atingidos, pelas medidas a serem implementadas.

Era essencial discutir o mérito do PEU das Vargens. A Câmara negou tal direito à sociedade, e, se há alguma justificativa para tal atitude, esta não está, certamente, em prazos a serem cumpridos. A análise da matéria poderia retardar no máximo em algumas semanas a aprovação do projeto, sem prejuízo para o cronograma de preparação dos Jogos.

Pela maneira como a matéria tramitou, quase à sorrelfa, é lícito imaginar que, numa Casa em que já se produziram escândalos de proporções olímpicas, foi mais seguro para os vereadores apostar numa tramitação à margem da luz das discussões. Espera-se que, quando o teor do projeto for esmiuçado, tais suspeitas não se confirmem. Para uma cidade que almeja promover uma Olimpíada exemplar, começar derrotando a ética seria uma péssima largada.



OUTRA OPINIÃO

Debatendo o mérito

ROBERTO MONTEIRO

A recente aprovação do projeto do PEU das Vargens suscitou críticas. Protestou-se pelo fato de a aprovação ter ocorrido de forma célere. Segundo alguns, "a toque de caixa". De fato, o projeto merecia uma análise mais acurada. Porém, é forçoso reconhecer que esse não é um tema novo, tanto é assim que o PEU das Vargens foi aprovado na legislação passada e agora foi apenas atualizado.

No entanto, o mais importante não é discutido. Este projeto atende aos interesses coletivos da cidade? Não tenho dúvidas em responder afirmativamente. A cidade fica indignada pelo fato de o Estado se omitir em relação a espaços públicos, que sofrem com a falta de serviços básicos e condições mínimas de habitação. A região das Vargens será, inevitavelmente, um dos eixos principais do crescimento do Rio.

Visivelmente ela já está em expansão. Em vastas áreas da região, por falta de ordenamento, o que vai surgindo é o poder paralelo da milícia e a especulação desenfreada que não respeita leis e normas. É certo que o antigo PEU era mais restritivo. Mas, neste caso, restri-

ção não significou preservação, e sim abandono. Nos últimos anos, cerca de 200 condomínios de classe média foram construídos na região de forma irregular. O PEU aprovado, ao autorizar projetos ou regularizar empreendimentos, o fará dentro de regras claras e definidas.

Temos que levar em conta também o fato de que a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 terão importante presença na região. Além disso, o PEU não é o fim, é o começo. O Poder Executivo, que com o PEU passa a ter novos instrumentos de arrecadação, deve zelar para que esses recursos sejam aplicados na construção da infraestrutura necessária para a região. O Legislativo deve fiscalizar o Executivo para que este cumpra seu dever.

De fato, poderosos interesses econômicos se posicionaram contra e a favor do PEU. Isso sempre acontecerá em qualquer assunto que envolva uma cidade do porte do Rio de Janeiro. É nosso dever garantir que, em contraposição à busca do lucro fácil, prevaleçam os interesses coletivos de uma cidade que quer crescer com justiça social e respeito ao meio ambiente.

ROBERTO MONTEIRO é vereador no Rio (PCdoB).